



Planejamento patrimonial familiar para a longevidade

Laura Brito — Advogada especializada em Direito de Família e das Sucessões
Doutora e Mestre em Direito pela USP

 WWW.CUIDADOECURATELA.COM.BR



Mudar o holofote

Nos últimos anos, enfrentamos o tabu da morte e demos um passo fundamental: passamos a falar de planejamento sucessório. O tema se expandiu, se consolidou — e foi muito importante. Mas precisamos ir além.

A realidade que ignoramos

É fato que todos vamos morrer. Mas **antes de morrer, você vai envelhecer** — se tudo der certo. O planejamento sucessório que você conhece atende ao seu envelhecimento?

A proposta

É hora de retirar os holofotes dos herdeiros e colocá-los sobre quem realmente importa neste momento: **o planejador**. O patrimônio que ele formou ao longo da vida deve servir a ele primeiro. Só depois, aos herdeiros.

Os três pilares do planejamento sucessório tradicional

Durante anos, o planejamento sucessório foi construído sobre três grandes promessas. Compreendê-las, assim como suas limitações, é o primeiro passo para uma abordagem inovadora.

1

Economia tributária

Virou um verdadeiro **fetiche**. Qualquer real a menos de imposto passou a justificar um mundo de esforço, complexidade e, muitas vezes, decisões precipitadas, sem considerar o custo real para o planejador.

2

Facilitar a vida do herdeiro

A promessa era clara: tudo organizado, sem imposto, sem briga, sem advogado. **O herdeiro receberia o patrimônio de forma limpa** e eficiente. O planejador, por sua vez, ficava em segundo plano.

3

Evitar o inventário

O inventário se tornou o **vilão das famílias**: o procedimento que "rouba" o patrimônio. Essa narrativa, embora compreensível, distorceu prioridades e gerou soluções inadequadas para muitas situações.

O planejamento de prateleira e suas consequências

As soluções genéricas

- A **doação universal com reserva de usufruto** transformada em panaceia para todo tipo de família e patrimônio
- A **holding patrimonial** indicada para qualquer dois terreninhos, sem critério ou análise de governança
- Todo e qualquer recurso financeiro direcionado ao **VGBL**, como se fosse solução universal de investimento

O que isso gerou na prática

- **Indisponibilidade patrimonial**: o planejador perdeu o controle real sobre seus próprios bens
- **Empresas caras** sem qualquer estrutura de governança, gerando custos sem benefício proporcional
- **Maus investimentos e falta de liquidez**: capital imobilizado no momento em que a vida mais exige flexibilidade



O que o escritório passou a enfrentar

Esses casos não são hipotéticos. São histórias reais que se repetem e que expõem o custo humano de um planejamento que colocou o herdeiro no centro, esquecendo-se do planejador.



A armadilha imobiliária

Pessoas precisavam **liquidar patrimônio imobiliário na velhice** – para custear tratamentos, uma vida mais cara ou simplesmente para desfrutar – e já não tinham mais a titularidade dos próprios bens.



Sócios por acidente

Transmissões onerosas de participações societárias e **irmãos que nunca tiveram compatibilidade** tornando-se sócios compulsórios, com conflitos inevitáveis e custos imprevistos para desfazer a estrutura.



A burocracia do VGBL

Alvarás demorados e **devassas judiciais** para tentar resgatar recursos de VGBL destinados ao uso do próprio planejador em vida: um processo humilhante e lento para quem simplesmente queria acessar o que era seu.

O problema central: planejamos a morte, mas vivemos cada vez mais

O planejamento sucessório tradicional foi construído para um mundo onde as pessoas morriam antes de envelhecer de verdade. Hoje, vivemos mais e por isso, lidamos cada vez mais com o **declínio cognitivo**.

A realidade do envelhecimento

O aumento da longevidade não é apenas uma conquista - é também um desafio patrimonial. Um planejamento que ignora os anos de declínio cognitivo, dependência e custos crescentes de saúde é um planejamento incompleto.

A nova proposta

O objetivo inicial da organização patrimonial deve ser **dar ao planejador tranquilidade na velhice e na eventual demência**. Somente a partir desse alicerce se ajustam as demais estratégias para facilitar a vida dos herdeiros.

O que isso significa na prática

Recolocar o planejador no centro exige revisitar três grandes frentes de decisão — com mais critério, menos modismo e muito mais aderência à realidade de cada família.

Tributário

Faça os **cálculos reais** sobre as vantagens de economia tributária. A reforma tributária virou o aniversário do Supermercado Guanabara: todo mundo correndo para doar sem entender o impacto. Urgência não é estratégia.

Holdings

Pare de fazer planejamento porque seu cunhado fez. **Planejamento não é bolsa da moda.** Empresas patrimoniais só fazem sentido com regras claras de governança e isso é para poucos casos.

Investimentos

Não se trata apenas de melhores retornos ou de evitar o inventário. Os investimentos devem ser pensados com um critério fundamental e frequentemente ignorado: a **liquidez** para quando o planejador precisar deles.

Acesse a aula completa

ITCD e Reforma Tributária



Minhas recomendações favoritas

Princípios práticos para um planejamento patrimonial familiar que coloca o planejador onde ele sempre deveria ter estado: no centro.

Doações com muito critério

Só doe em situações muito específicas e bem analisadas. **Cláusulas não te salvam da perda da titularidade.** A generosidade prematura pode custar caro na velhice.

Empresas com governança real

Empresas patrimoniais só com **regras claras de governança.** É uma solução para poucos e não há problema nenhum nisso.

VGBL com parcimônia

No VGBL, somente os valores essenciais para que a transmissão aconteça com tranquilidade. O restante precisa ter **liquidez e acessibilidade.**

Não tema o inventário

Você estará morto. Tenha medo de ficar velho sem usufruir dos seus bens. Bens organizados e regulares não são problema no inventário, são solução.

Regularidade, liquidez e autonomia

Busque regularidade patrimonial, liquidez real e, especialmente, a recuperação de informações e documentos que registrem sua vontade. Entre eles, a **autocuratela**, trazida ao Brasil pela estimada Thais Câmara.

Vamos continuar essa conversa?

O planejamento patrimonial familiar é uma conversa que precisa ser tida com cuidado, profundidade e — acima de tudo — com o planejador no centro do holofote.

Laura Brito

Advogada especializada em Direito de Família e das Sucessões
Doutora e Mestre em Direito pela
USP

📌 Portal de referência em
cuidado e curatela:

www.cuidadoecuratela.com.br

Sobre este tema

Esta apresentação é parte de uma série de reflexões e aulas que Laura Brito tem desenvolvido sobre o reposicionamento do planejador no centro das estratégias patrimoniais familiares.

Entre em contato para palestras, consultorias e colaborações acadêmicas.

